Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

Tribunal de Justiça do MT suspende descontos em empréstimos para 30 mil servidores públicos

Decisão unânime protege servidores estaduais de práticas abusivas em operações de crédito consignado

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso conquistou vitória judicial importante ao obter decisão unânime da Terceira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A sentença beneficia aproximadamente 30 mil servidores públicos estaduais que contrataram operações de crédito consignado, cartão de crédito com desconto em folha e cartão benefício consignado.

O julgamento ocorreu nesta terça-feira (24) e analisou um agravo de instrumento relacionado à Ação Civil Pública que investiga possíveis irregularidades na oferta e contratação de produtos de crédito junto a servidores da administração estadual. A defesa oral foi realizada pelo procurador de Justiça José Antônio Borges Pereira, responsável pela Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico.

Os desembargadores determinaram a suspensão completa de novos descontos em folha de pagamento referentes às operações abrangidas pela ação coletiva. Além disso, deliberaram pela manutenção em conta judicial dos valores já descontados dos salários dos servidores, estratégia que preserva os recursos até a definição final do Tema Repetitivo nº 1.414 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A ação coletiva foi apresentada pela promotora de Justiça Valnice Silva dos Santos, da 6ª Promotoria de Justiça Cível da Capital, após investigações revelarem evidências de práticas comerciais abusivas e condutas irregulares em contratos celebrados com servidores estaduais. As apurações identificaram suspeitas de informações incompletas aos consumidores, contratações questionáveis e demais atos que contribuíram para o endividamento de milhares de profissionais do setor público.

Em suas alegações, o MPMT argumentou que a demanda coletiva possui características e amplitude distintas das questões em discussão nos recursos repetitivos perante o STJ. A instituição também enfatizou a importância da manutenção de medidas protetivas aos consumidores enquanto aguarda-se a definição conclusiva sobre a legalidade das operações investigadas.